

Perú

Indicadores sociodemográficos e estruturais

Perú	Valor	Unidade
Superfície	1 285 216	Km2
Dens. Populacional	24	Hab/KM2
Reservas Externas	62.237	10 ⁹ \$



Perú: previsões económicas

(unidade: taxa de crescimento %)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB	0.9	8.8	6.9	6.3	5.0	5.5	5.8	5.8	5.8	5.8	5.8
PIB Nominal	3.0	13.7	11.9	8.3	6.0	7.6	7.9	7.8	7.8	7.9	7.9
Deflador do PIB	2.2	4.5	4.7	1.9	0.9	2.0	2.0	1.9	1.9	2.0	2.0
Inflação (IPC)	2.9	1.5	3.4	3.7	2.8	2.5	2.1	2.0	2.0	2.0	2.0
Investimento (% PIB)	20.7	25.2	25.3	26.7	27.6	28.4	28.7	29.1	29.5	29.8	29.9
Poupança Nacional Bruta (% PIB)	20.1	22.7	23.4	23.2	22.7	23.6	24.3	25.1	25.6	26.1	26.4
Dívida Pública (% PIB)	27.1	24.4	22.4	20.5	19.6	18.1	16.6	15.2	13.9	12.7	11.0
Saldo Orçamental (% PIB)	-1.5	-0.1	2.0	2.1	0.5	0.1	0.2	0.0	0.1	0.2	0.0
Balança Corrente (10⁹ \$)	-0.7	-3.8	-3.3	-6.8	-10.2	-10.4	-10.3	-10.2	-10.6	-11.0	-11.1
Balança Corrente (% PIB)	-0.6	-2.5	-1.9	-3.4	-4.9	-4.8	-4.4	-4.0	-3.9	-3.7	-3.5
População (10⁶)	29.1	29.6	30.0	30.5	30.9	31.4	31.9	32.4	32.9	33.4	33.9
População 15-64 anos (% total)	63.7	64.0	64.3	64.6	-	-	-	-	-	-	-
PIB PPP (10⁹ \$)	249.0	274.0	298.6	322.9	344.2	368.8	397.1	428.1	462.0	498.6	538.3
PIB per capita PPP \$	8 555	9 273	9 950	10 596	11 124	11 735	12 444	13 212	14 040	14 922	15 863
PIB per capita \$	4 362	5 205	5 883	6 550	6 674	6 895	7 386	7 844	8 329	8 848	9 405
Exportações (%)	-3.4	1.6	8.4	2.7	-1.8	7.8	7.9	7.9	7.1	6.8	6.8
Bens (%)	-3.4	1.6	8.4	2.7	-1.8	7.8	7.9	7.9	7.1	6.8	6.8
Importações (%)	-20.1	24.5	12.8	9.5	5.5	6.0	6.2	6.4	6.5	6.5	6.5
Bens (%)	-20.1	24.5	12.8	9.5	5.5	6.0	6.2	6.4	6.5	6.5	6.5
Agricultura (% PIB)	7.3	6.8	7.0	7.0	-	-	-	-	-	-	-
Indústria (% PIB)	34.2	36.1	36.6	34.6	-	-	-	-	-	-	-
Serviços (% PIB)	58.5	57.2	56.4	58.4	-	-	-	-	-	-	-
Esperança Vida à nascença (anos)	73.6	73.9	74.2	74.5	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FMI (World Economic Outlook - abril de 2014); Banco Mundial (restantes dados históricos sem previsões).

Principais Exportações de Bens (2012)

Código	Descrição	Valor (mM\$)	Peso (%)
28	Minérios metálicos e sucata	13.464	29.3
97	Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	9.673	21.1
68	Metais não-ferrosos	3.968	8.6
33	Petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados	3.898	8.5
05	Vegetais e frutas	2.013	4.4
	Outros produtos	12.930	28.1

Fonte: Nações Unidas.

Principais Importações de Bens (2012)

Código	Descrição	Valor (mM\$)	Peso (%)
33	Petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados	6.001	14.2
78	Veículos automóveis	4.874	11.5
72	Máquinas e aparelhos especializados para determinadas indústrias	2.420	5.7
74	Máquinas, equipamentos industriais e peças de máquinas	2.185	5.2
67	Ferro e aço	1.979	4.7
	Outros produtos	24.815	58.7

Fonte: Nações Unidas.

Principais Parceiros Comerciais de Importações (2012)

País	Valor (mM\$)	Peso (%)
EUA	8.021	19.0
China	7.807	18.5
Brasil	2.581	6.1
Equador	2.012	4.8
Argentina	1.951	4.6
Outros países	19.902	47.1

Fonte: Nações Unidas.

Principais Parceiros Comerciais de Exportações (2012)

País	Valor (mM\$)	Peso (%)
China	7.849	17.1
EUA	6.517	14.2
Suíça	5.074	11.0
Canadá	3.445	7.5
Japão	2.575	5.6
Outros países	20.485	44.6

Fonte: Nações Unidas.

Top 10 das Importações de Portugal do Perú (em 2013)

Tipo de Produto	2013 (em €)	Share (%)	TCMA ₁₁₋₁₃ (%)
Metais de base	5 384 620	28.4	-19.8
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	5 298 023	28.0	-6.5
Produtos químicos	4 351 183	23.0	-24.5
Produtos alimentares	3 100 642	16.4	-23.8
Produtos têxteis	215 782	1.1	725.5
Couro e produtos afins	173 763	0.9	43.7
Artigos de vestuário	161 688	0.9	-2.0
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	130 122	0.7	-12.9
Artigos de borracha e de matérias plásticas	69 023	0.4	-40.5
Outros produtos minerais não metálicos	17 930	0.1	228.9

Fonte: INE.

Top 10 das Exportações de Portugal para o Perú (em 2013)

Tipo de Produto	2013 (em €)	Share (%)	TCMA ₁₁₋₁₃ (%)
Papel e cartão e seus artigos	6 429 884	22.4	41.8
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	5 283 593	18.4	63.2
Equipamento eléctrico	4 414 208	15.4	143.1
Máquinas e equipamentos, n.e.	3 037 225	10.6	1.6
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	1 662 451	5.8	183.5
Produtos químicos	1 423 228	5.0	60.3
Produtos farmacêuticos e preparações farmacêuticas de base	1 417 736	4.9	18.0
Artigos de borracha e de matérias plásticas	1 032 089	3.6	57.3
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	732 560	2.5	41.8
Outros produtos minerais não metálicos	726 619	2.5	112.6

Fonte: INE.

Peso do Perú nas Importações de Portugal

	2013	2012	2011
Importações do Perú (em milhares €)	18 932	24 509	28 926
Importações totais de Portugal (em milhares €)	56 616 843	56 165 860	57 905 095
Peso das importações do Perú (%)	0.03%	0.04%	0.05%

Fonte: INE.

Peso do Perú nas Exportações de Portugal

	2013	2012	2011
Exportações para o Perú (em milhares €)	28 747	23 983	15 894
Exportações totais de Portugal (em milhares €)	47 340 403	45 259 455	42 417 000
Peso das exportações para o Perú (%)	0.06%	0.05%	0.04%

Fonte: INE.

Conjuntura**Perú – medidas para relançar o crescimento...**

Atividade: o crescimento homólogo do **PIB** no 1ºT2014 foi o mais lento num ano, com a queda dos preços de cobre a condicionarem as exportações e o investimento privado, no 3º maior produtor mundial do metal. O PIB cresceu 4.8% face ao ano anterior, o que compara com uma expansão de 6.9% no 4ºT2013. O abrandamento na China até ao 1ºT2014 provou mocha nas cotações do cobre, que é responsável por um quarto das exportações do Perú. A **indústria extrativa** cresceu 4.7% no 1ºT2014, o ritmo mais lento em um ano, enquanto o **comércio a retalho** avançou 5.2%, a **construção** 5.3% e a **indústria transformadora** 2.9%. Entretanto, em maio o indicador coincidente do banco central sinalizou um crescimento homólogo de 1.8%, abaixo do crescimento homólogo médio observado nos primeiros 5 meses do ano (+3.6%) e representando o menor crescimento desde 2009, levando o Governo a anunciar em julho estímulos orçamentais – baseados em medidas com o intuito de eliminar a burocracia no país e em revitalizar o crescimento da economia peruana. Para 2014, o FMI esperava em abril uma aceleração moderada do PIB para 5.5%, mas em meados de julho o banco central, no seu relatório de inflação, antecipava um crescimento de apenas 4.4%, devendo a economia acelerar apenas em 2015 (+6.0%), num contexto de estabilização das condições externas e acompanhando a melhoria da confiança dos empresários.

O crescimento da economia do Perú pode já ter apresentado um fundo no 2ºT2014, devendo começar a recuperar na 2ª metade do ano. Os indicadores prospetivos sugerem perspetivas mais positivas no curto prazo, nomeadamente a melhoria da confiança. No entanto, atendendo a que o *boom* nos preços das mercadorias terminou, o Perú passa a estar dependente do aumento da competitividade e do investimento sustentado para garantir um crescimento acima de 5% ao ano. Espera-se que o investimento privado continue a aumentar, suportado pela implementação do primeiro de dois "mega-projetos" mineiros. A mina de cobre de *Toromocho*, em *Junin*, começou a produção em dez-13 e será seguida pelo projeto *Las Bambas* em 2015. Estes projetos irão reforçar a produção do setor de extração de minerais. Por outro lado, a construção da 2ª linha do metro será um importante *driver* para o setor da construção. Em março, o consórcio formado por duas empresas espanholas (*FFC* e o Grupo *ACS*), a empresa italiana *Salini Impregilo* e a empresa peruana, *Cosapi*, vai investir 5.6 mil milhões de dólares (mM\$) na construção, descrito pelas autoridades como a infraestrutura mais importante atualmente na calha para o Perú. O projeto ligará *Ate*, na parte nordeste da cidade, até o porto de *Callao* no litoral, via Aeroporto Internacional Jorge Chávez. O investimento substancial que será gerado pelo projeto sublinha a previsão de que, apesar de um enfraquecimento recente das condições externas, o investimento estrangeiro na economia peruana permanecerá firme durante o período da previsão (ainda que abaixo dos picos da última década), apoiado por um enquadramento político mais favorável às empresas. Na verdade, o novo Primeiro-Ministro, René Cornejo, tinha afirmado que o Governo iria fazer concessões de 13 mM\$ em contratos de infraestruturas ao longo deste ano. Juntamente com o investimento público, irá ajudar a sustentar o crescimento económico, num contexto de um crescimento económico mundial aquém dos padrões históricos. Para além de aumentar o investimento, o projeto trará ganhos de produtividade a médio e longo prazo, ajudando a reduzir as significativas lacunas de infraestruturas do Perú, facilitando o movimento em torno da rede de estradas notoriamente congestionada de Lima (a nova linha deverá transportar 600 000 pessoas por dia).

O referido crescimento económico mundial aquém dos padrões históricos e os preços mais fracos, particularmente dos metais, continuarão a pesar sobre o desempenho do Perú no horizonte 2014/19. Além disso, as interrupções com os gastos e planos de investimentos por volta da eleição presidencial de 2016 deverão levar a um período de crescimento mais lento (em comparação com as taxas na última década que, em alguns anos, ultrapassaram os 6%). Ainda assim, suportado pelo consumo privado, pelo forte investimento público e por uma recuperação do investimento privado, o Perú deverá registar uma das maiores taxas de crescimento da região, devendo crescer a um ritmo de 5.8% no horizonte 2015/19.

Refira-se que, no dia 2 de julho, a agência de notação financeira norte-americana, *Moody's*, anunciou uma subida do **rating da dívida soberana do país**, da classificação de *Baa2* para *A3* (quatro níveis acima do nível de *junk*). A *Moody's* elencou 3 fatores para esta melhoria, incluindo a melhoria das finanças públicas, as reformas estruturais para impulsionar o crescimento do PIB e a expectativa de que a atividade económica irá acelerar no médio prazo.

Inflação: os preços junto dos consumidores subiram no 1º semestre de 2014, acima do intervalo objetivo de 1% a 3% estabelecido pelo Banco *Central de Reserva del Perú (BCRP)* para o IPC da capital (Lima), já que o índice nacional apenas foi criado em 2012. O maior crescimento homólogo observou-se em fevereiro, quando a inflação acelerou de 3.1% para 3.8%. Em março a inflação abrandou para 3.4%, mas voltando a acelerar para 3.5% em abril e 3.6% em maio, regressando aos abrandamentos apenas em junho, quando cresceu face ao mês anterior ao menor ritmo deste ano e crescendo 3.45% face a jun-13. Assim, esta é a 6ª vez consecutiva que a inflação ultrapassou a meta do *BCRP*. À semelhança de 2013, quando a inflação ultrapassou a meta em várias ocasiões, as pressões inflacionistas foram resultado de fatores temporários do lado da oferta. O aumento acentuado de fevereiro criou, então, novos receios de que estas persistam em 2014, alimentado pelo corte da taxa de juro em nov-13 (entretanto em julho houve novo corte, e a que se junta a redução da taxa de reservas obrigatórias dos bancos) e pela recuperação moderada que se

vinha a observar na atividade económica. No entanto, com o abrandamento económico a partir de março, espera-se um abrandamento da inflação *core* e do índice geral na 2ª metade do ano, podendo a inflação média anual ficar acima das previsões de abril do FMI (+2.5%) e mesmo ligeiramente acima do topo do intervalo de referência do *BCRP* (+3%). Apesar de algumas subidas ocasionais (que são geralmente resultado de fatores transitórios do lado da oferta), o facto de as pressões do lado da procura deverem ser menores em comparação com os últimos anos e com as expectativas de inflação bem ancoradas, espera-se que as pressões inflacionistas permaneçam contidas no horizonte 2014/19, esperando-se uma convergência com o centro do intervalo objetivo do *BCRP* (2%). Dado que a inflação *core* tem vindo a estar acima dos 3% desde meados de 2011, a possibilidade de novas reduções das taxas e a expectativa de uma desvalorização cambial constituem riscos ascendentes para a previsão da inflação.

Política orçamental: é expetável que o atual Governo (cujo mandato termina em 2016) mantenha a política prudente e *business-friendly*, que serviu de base para o rápido desenvolvimento do Peru na última década. Um risco prende-se com o facto de a sucessão de Humala poder vir a constituir uma alteração radical da política, mas o empenho demonstrado por sucessivas administrações por uma abordagem ortodoxa – juntamente com a retenção de tecnocratas respeitados em posições-chave em diversos Ministérios – reduz substancialmente esse risco. Por isso, é de esperar que as finanças públicas continuem a ser geridas com prudência (sustentadas pela aprovação de uma lei de Responsabilidade Orçamental, em out-13), deixando as autoridades bem colocadas para decretar, se necessário, mais medidas anti cíclicas. No entanto, estrangulamentos administrativos – e já elevados gastos públicos – irão limitar o impacto de novas medidas de estímulo. Os preços das exportações inferiores ao previsto para os metais-chave (cobre e ouro) e a persistente incerteza externa acabaram por sustentar um novo afrouxamento monetário em abril, desta feita por via da referida redução da taxa de reservas obrigatórias dos bancos. As robustas reservas externas podem ajudar a suavizar a volatilidade da moeda e a preservar a estabilidade do sistema financeiro altamente dolarizado do Peru no caso de mudanças bruscas da aversão ao risco. O Governo vai fazer algumas mudanças na política fiscal e na cobrança de impostos, principalmente para adaptar a legislação aduaneira em conformidade com os seus acordos de livre comércio, mas estes não irão alterar significativamente, ou simplificar o complexo regime fiscal. Além disso, o Governo tentará aprofundar o mercado de capitais local e reduzir ainda mais a dolarização. Os principais pontos fracos do ambiente de negócios do Peru (instituições subdesenvolvidas, um mercado de trabalho rígido e uma força de trabalho pouco qualificada) irão persistir no horizonte 2014/19, embora o forte crescimento do PIB possa traduzir-se em maiores gastos sociais e em ganhos de produtividade.

A administração Humala deverá continuar a favorecer os esforços de integração regional, como a *Alianza del Pacífico* (Aliança do Pacífico, um pacto de integração que visa liberalizar a circulação de bens e pessoas entre a Colômbia, Chile, México e Peru) ou outros realizados no âmbito do *Unión de Naciones Suramericanas* (Unasul, a União das Nações Sul-Americanas). Além disso, o Peru continuará a perseguir acordos bilaterais de livre comércio (FTAs), particularmente com os países asiáticos. As relações com os EUA e a China – os principais parceiros comerciais do Peru – permanecerão ancorados pelos FTAs que entraram em vigor em 2009 e 2010, respetivamente. As relações com o Brasil deverão continuar fortes, dado o crescente fluxo de comércio e investimento bilaterais, e a existência de um pacto de integração energética. As relações com o Chile têm estado tensas, mas os dois países deverão fomentar os laços comerciais e políticos nos próximos anos, que serão ajudados pela resolução pacífica de uma antiga disputa de fronteiras marítimas, após uma decisão em janeiro de 2014 pelo Tribunal Internacional de Justiça em Haia.

Política monetária: a taxa de referência do BCRP foi cortada em julho de 4.00% para 3.75%, sendo que a anterior última alteração tinha ocorrido em out-13, quando também foi efetuado um corte de 25 p.b.. Em vez de reduzir a taxa de juro ainda mais, o BCRP estava a concentrar-se em reduzir o rácio de reservas obrigatórias, de modo a aumentar a liquidez e estimular o crescimento, que abrandou em 2013 e que, de acordo com o indicador do BCRP, começou a abrandar acentuadamente a partir de abril, o que espoletou esta descida de taxas. O BCRP poderá abster-se de cortar a sua taxa diretora ainda mais, em parte porque a inflação até junho se tem mostrado consistentemente acima do intervalo objetivo de 1% a 3% estabelecido pelo BCRP. Refira-se, além do mais, que o corte na taxa de reservas (que foi reduzida para mínimos de 4 anos) tem sido considerado um método mais rápido de libertar liquidez para a economia do que por meio de cortes na taxa de referência, que demoram mais tempo (normalmente cerca de 6 meses para se refletir na economia) para ter um efeito devido aos ainda modestos mecanismos de transmissão monetária. De fato, a liberação de cerca de 3 mM\$ em liquidez por via das alterações naquele rácio desde 2013 estava a começar a ter alguns resultados, como demonstrava a recuperação dos indicadores económicos a partir do fundo de janeiro, mas com o abrandamento adicional da economia a acabar por levar ao referido corte de taxas em julho.

Contas externas: a entrada de capitais privados, correspondendo a 7.5% do PIB (15.5 mM\$), foi mais do que suficiente para financiar um déficit da balança corrente de 4.9% do PIB em 2013. O crescimento do déficit foi impulsionado por um mais fraco desempenho comercial: o Perú registou um déficit comercial (365 M\$), pela 1ª vez numa década, em resultado de uma desaceleração, quer dos preços, quer da procura (principalmente da China) para as exportações-chave do setor mineiro. Em contraste, o déficit na balança de serviços foi 28% inferior ao de 2013. Em abril, o FMI esperava que as exportações se fortalecessem em 2014, em linha com a antecipada recuperação dos preços dos metais exportados e à medida que novos projetos de extração mineira entrassem em laboração. A subida das exportações deveria compensar o forte crescimento das importações, refletindo as compras no exterior de equipamentos utilizados no setor mineiro, mas também de bens de consumo, suportando um estreitamento moderado do déficit da balança corrente para 3.5% do PIB em 2019. Impulsionado pelos custos com os transportes internacionais de mercadorias, o déficit da balança de serviços deveria corresponder, em média, a 0.9% do PIB no período 2014/19. O aumento das repatriações dos lucros das empresas estrangeiras deveria ampliar o déficit da balança de rendimentos primários para 7.2% do PIB em 2019 (de 5.4% do PIB em 2013). As transferências deveriam subir em termos nominais, devido ao aumento das remessas provenientes dos EUA, mas deveriam manter-se, em média, em cerca de 2% do PIB no período 2014/19. Os persistentes défices da balança corrente serão financiados confortavelmente por um forte investimento externo, o que permitirá às autoridades continuar a acumular reservas internacionais (embora a um ritmo mais lento do que nos últimos anos). Refira-se que as previsões do FMI estão envoltas de riscos descendentes, já que a performance comercial do país nos 5 primeiros meses do ano ficou aquém do que era previsto pelo Governo, em grande medida em resultado da evolução adversa das cotações dos metais exportados pelo país.

Política cambial: a queda dos preços dos metais nos mercados internacionais e a decisão da *Fed* americana de iniciar a redução dos seus programas de compra de títulos deverão continuar a colocar pressão na moeda peruana, o *nuevo sol*, em 2014 (perdeu quase 10% de seu valor em 2013), se bem que o renovado interesse por parte dos investidores internacionais pelos mercados emergentes – em parte espoletados pelas novas medidas de estímulo do BCE – tenha permitido um suporte à moeda peruana. O *BCRP* deverá continuar ativo, seja intervindo no mercado cambial – sem um objetivo específico para a taxa de câmbio –, seja através de um ajuste nos requisitos de reservas para suavizar a volatilidade e gerir a liquidez, a fim de manter a estabilidade do setor financeiro. Salvo um forte aumento da aversão ao risco relativamente aos mercados emergentes (ou, no caso improvável de que um candidato populista vencer as próximas presidenciais), a taxa de câmbio, poderá se depreciar muito gradualmente no horizonte 2014-19, suportada pela confiança na política monetária, nas elevadas reservas e nos fluxos de capital estáveis a longo prazo. A taxa de câmbio real deverá depreciar ligeiramente ao longo do período de previsão, propiciando o aumento da competitividade dos setores não energéticos.

Situação política: a crise política em meados de mar-13, em resultado do Congresso ter inicialmente se recusado a conceder a criação de um 5º gabinete de apoio ao Presidente, Ollanta Humala, ficou enfraquecida a fraca posição do seu Governo após uma série de erros políticos. Isto tem também pesado sobre os índices de aprovação de Humala, que estão novamente em baixo e expôs o país ao ambiente político altamente polarizado, acentuando a fraqueza subjacente das instituições peruanas. As próximas **eleições regionais e municipais** terão lugar em out-14, e as próximas eleições presidencial e legislativas em abr-16. Nas eleições de 5-out, serão eleitos 1 842 Presidentes de Câmara e 25 presidentes regionais. As sondagens locais apontam para a eleição de um grande nº de candidatos independentes com fracas ligações aos partidos nacionais. Isto significa que os líderes locais vão continuar a lutar pelo poder e pela influência através de políticas populistas e alvo dos caciques locais, em detrimento das plataformas políticas claras. Neste contexto, as forças políticas regionais continuarão a corroer a influência dos partidos tradicionais nacionais. Entre os candidatos para a **eleição presidencial** que são esperados, inclui-se Keiko Fujimori, da Fuerza Popular, um conservador populista que perdeu para Humala nas eleições de 2011; o ex-Presidente, Alan García (1985-1990 e 2006-11); e o ex-Primeiro-Ministro e candidato presidencial, Pedro Pablo Kuczynski. Apesar de a sua imagem ter sido danificada por recentes investigações do Congresso, Alan García continua a ser uma figura proeminente e influente na cena política do Perú. A sua reeleição em 2006 - após uma desastrosa primeira presidência - demonstra a capacidade do eleitorado perdoar escândalos passados.

Índice de Liberdade Económica - *The Heritage Foundation*

A pontuação do Perú ao nível da liberdade económica é de 67.4 pontos, correspondendo à 47ª economia mais livre dos países que compõem o índice em 2014. Trata-se de um resultado que fica 0.8 pontos abaixo do observado no ano anterior, com a melhoria na liberdade de comércio a ser mais do que compensada pelas deteriorações na liberdade laboral e na liberdade empresarial. O Perú está classificado em 7º nos 29 países no grupo América do Sul, América Central e Caraíbas e a sua pontuação geral está acima da média mundial.

Ao longo do seu historial de 20 anos, o índice de liberdade económica no país subiu em quase 11 pontos. Observaram-se melhorias de dois dígitos em metade dos 10 tipos de liberdade medidos, especialmente na liberdade monetária e na liberdade de comércio, que subiram em mais de 35 pontos, fornecendo uma base estável para melhorar o envolvimento da economia no comércio global. A economia do Perú continua a ser classificada como " moderadamente livre".

No entanto, as deficiências institucionais continuam a minar as bases para um desenvolvimento económico de longo prazo, retardando a transição para uma maior liberdade económica. Os direitos de propriedade são apenas moderadamente bem protegidos e o sistema judicial é relativamente ineficiente.

Enquadramento

As políticas de liberalização dos mercados implementadas pelo ex-Presidente Alan García (2006-2011) e continuadas pelo atual Presidente Ollanta Humala do Partido Nacionalista Peruano (de esquerda) têm atraído um significativo montante de investimento estrangeiro e tiraram milhões de pessoas da pobreza. Humala, que já liderou uma revolta fracassada contra o ex-Presidente Alberto Fujimori, concorreu às eleições numa plataforma que defendia mais intervenção do Estado na economia no sentido de ajudar as classes mais desfavorecidas. No entanto, tem governado moderadamente e vindo a respeitar o Estado de Direito. Os recursos naturais são significativos e incluem ouro, cobre e prata. Menos de 30% dos peruanos vivem agora abaixo do limiar da pobreza e o crescimento económico tem sido bem superior ao da média da América-Latina. O Acordo de Comércio Livre EUA-Perú ampliou o comércio e o emprego. O Perú também entrou em vários outros acordos de livre comércio e é um membro fundador da Aliança do Pacífico.

Estado de Direito

A corrupção é um problema sério, tendo sido assinalada como o aspeto mais negativo da administração do ex-Presidente Alan García. Uma comissão do Congresso encarregada de investigar a corrupção entre funcionários do Governo de García produziu algumas acusações criminais em 2012. Dezenas de membros efetivos do Congresso estão sob investigação por práticas corruptas. O sistema judicial é amplamente desconfiável e propenso a escândalos de corrupção.

Intervenção do Governo

As taxas máxima de IRS e de IRC são de 30%. Outros impostos incluem o IVA e um imposto sobre transações financeiras. A carga fiscal global corresponde a 17% do PIB. O Governo de esquerda tem demonstrado um compromisso surpreendente com uma política orçamental prudente, com os gastos públicos a caírem para 19% do PIB e a dívida pública a diminuir para abaixo de 20% do PIB.

Eficácia da Regulação

Para iniciar um negócio são agora necessários apenas 5 procedimentos e pouco menos de um mês, não sendo exigido capital mínimo. Os requisitos de licenciamento continuam a ser dispendiosos e demorados. A regulamentação do trabalho continua a evoluir, mas mais lentamente do que noutras economias. O Governo subsidia parcialmente a eletricidade e os combustíveis automóveis e domésticos, embora tendo reduzido os subsídios para a gasolina em 2013.

Abertura económica

A pauta aduaneira média é baixa: 1.5%. Em 2013, o Perú, México, Chile e Colômbia criaram a área de comércio livre Aliança do Pacífico. O Governo restringe as importações de vestuário e veículos usados. O investimento estrangeiro e doméstico são tratados de forma igual perante a constituição. O crédito ao setor privado aumentou de forma constante e o sistema bancário permanece estável e bem capitalizado. O crédito vencido representa menos de 5% do total dos empréstimos.

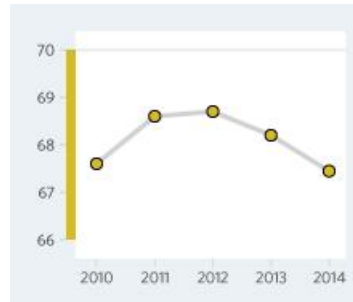
Indicadores de Risco

Perú: Rating Heritage Foundation

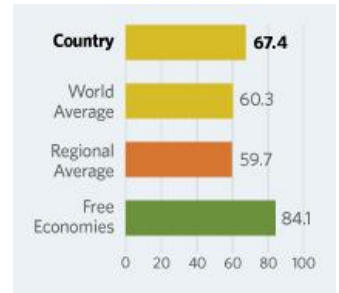
(unidade: score %)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Overall Score	62.7	63.8	64.6	67.6	68.6	68.7	68.2	67.4
Property Rights	40.0	40.0	40.0	40.0	40.0	40.0	40.0	40.0
Freedom from Corrupt	35.0	33.0	35.0	36.0	37.0	35.0	34.0	34.0
Government spending	91.4	91.8	91.8	92.3	91.0	90.9	89.1	89.1
Fiscal Freedom	80.2	80.2	79.7	79.5	79.4	79.7	79.9	79.1
Business Freedom	65.2	65.7	65.1	65.8	71.9	72.0	72.3	70.6
Labor Freedom	46.6	47.5	48.7	66.1	67.7	68.5	67.1	61.4
Monetary Freedom	85.7	85.9	86.5	81.6	83.1	85.5	84.3	83.3
Trade Freedom	72.6	73.4	79.4	85.0	86.0	85.0	85.0	87.0
Investment Freedom	50.0	60.0	60.0	70.0	70.0	70.0	70.0	70.0
Financial Freedom	60.0	60.0	60.0	60.0	60.0	60.0	60.0	60.0

Fonte: The Heritage Foundation.

Country's Score Over Time



Country Comparisons



Perú: Rating EIU (The Economist Intelligence Unit)

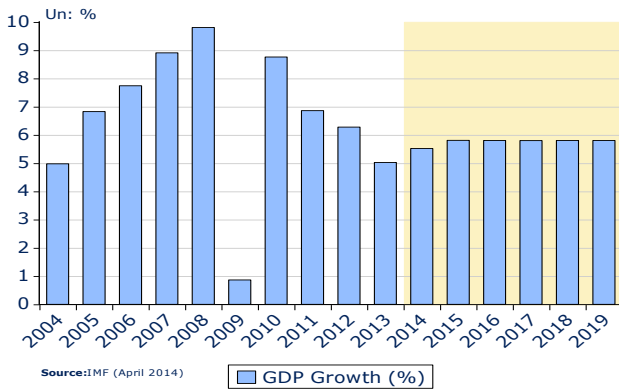
(unidade: score %)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2013	2014
Country Risk	33	39	37	32	32	31	32	33	BBB	BBB
Sovereign*	31	38	35	30	30	28	28	30	A	BBB
Currency*	28	36	34	30	31	30	32	34	BBB	BBB
Economic	37	40	40	40	42	40	45	42	BB	BB
Political	50	46	42	46	44	40	40	40	BB	BB
Banking*	39	43	41	36	36	35	35	36	BBB	BBB

Fonte: EIU. Nota (*): Utilizado na construção do "Country Risk".

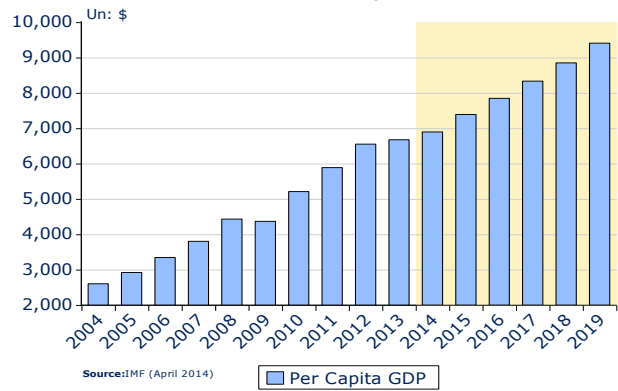
	Moody's	S&P	Fitch
Perú	A3	BBB+	BBB+

Chart Book

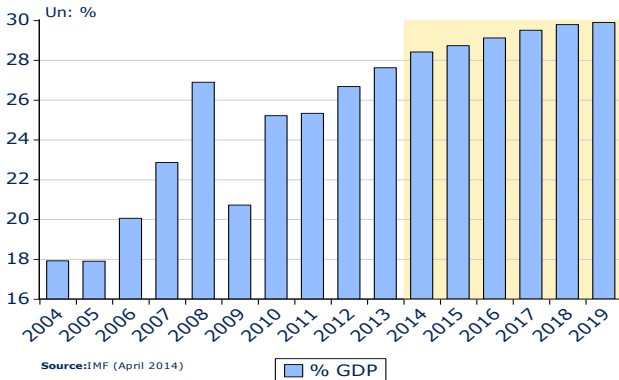
Peru - GDP Growth



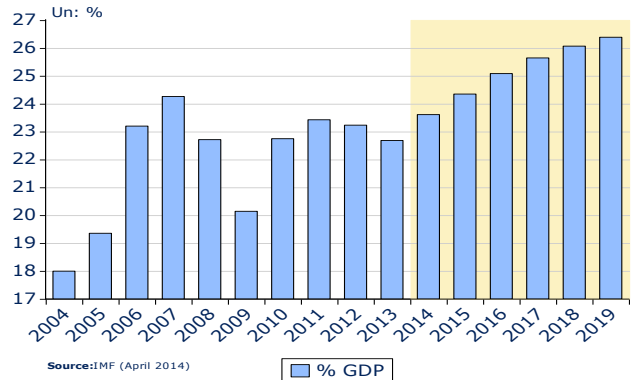
Peru - Per Capita GDP



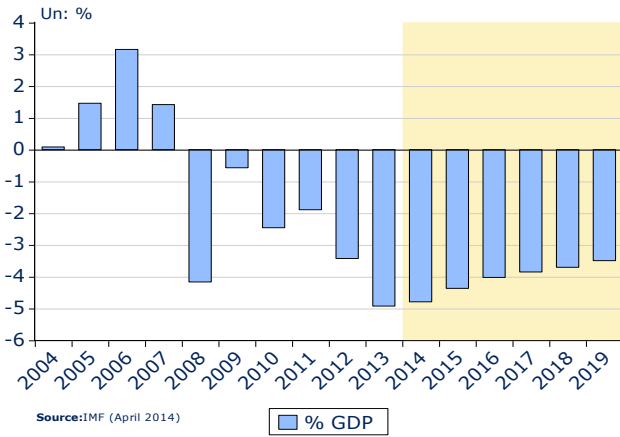
Peru - Investment (% GDP)



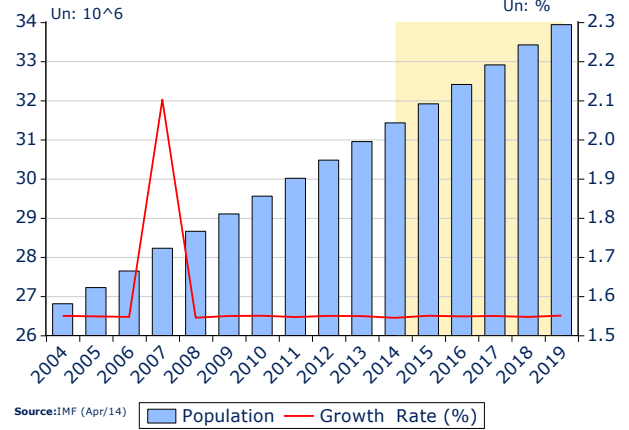
Peru - Gross National Saving (% GDP)



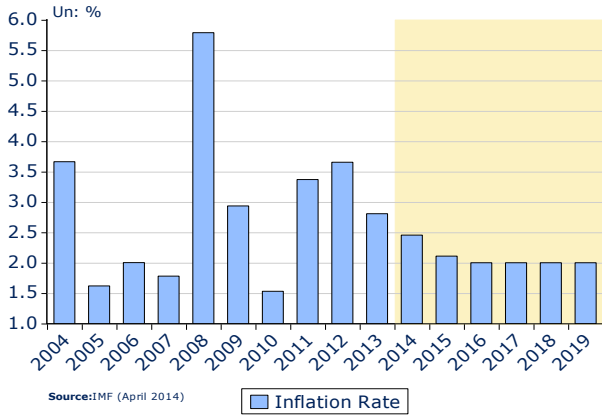
Peru – Current Account (% GDP)



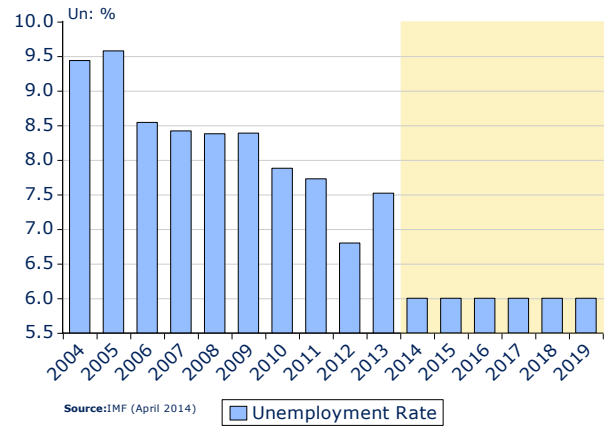
Peru - Population



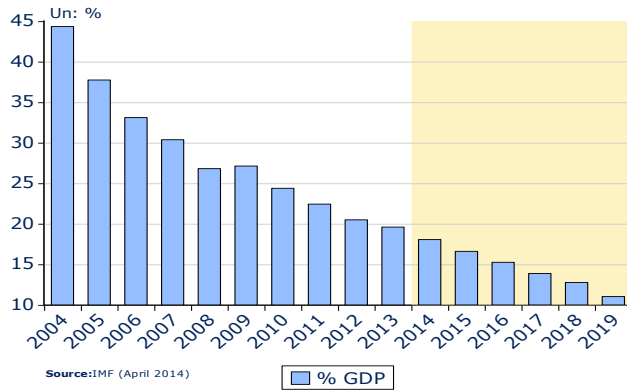
Peru – Inflation Rate



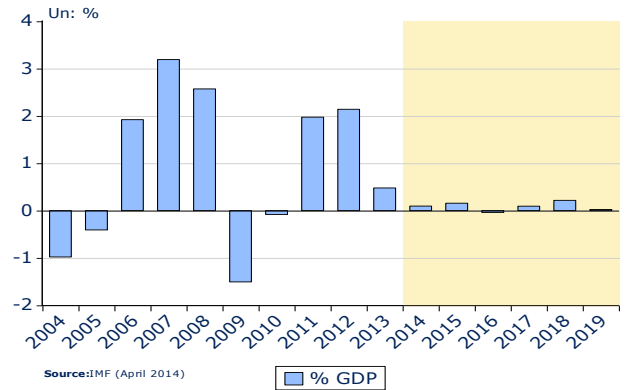
Peru – Unemployment Rate



Peru – Public Debt (% GDP)



Peru – Budget Balance (% GDP)



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

Rui Bernardes Serra – *Chief Economist*

RBSerra@Montepio.pt

José Miguel Moreira – *Senior Economist*

JoseMoreira@Montepio.pt

Margarida Filipe – *Junior Economist*

Margarida.Filipe@montepio.pt

Advertência

Este documento foi elaborado pelo Departamento de Estudos da Caixa Económica Montepio Geral e é disponibilizado com intuito e para fins exclusivamente informativos.

Todos os dados, análises e considerações nele contidas estão simplesmente baseadas no que estimamos ser as melhores informações disponíveis, recolhidas a partir de fontes oficiais e outras consideradas credíveis, não assumindo, todavia, qualquer responsabilidade por erros, omissões ou inexatidões das mesmas.

As opiniões e previsões expressas refletem somente a perspetiva e os pontos de vista dos autores na data da sua elaboração, podendo ser livremente modificadas a todo o tempo e sem aviso prévio.

Neste contexto, o presente documento não pode, em circunstância alguma, ser entendido como convite ao investimento, seja de que natureza for, nem como proposta ou oferta de negócio de qualquer tipo.

Qualquer decisão de investimento deve ser devidamente ponderada, fundamentada na análise crítica, pelo investidor, de toda a informação publicamente disponível sobre os ativos a que respeita, suas características e adequação ao perfil de risco assumido, e devem ter em conta todos os documentos emitidos ao abrigo da regulamentação das entidades de supervisão, nomeadamente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Nem o Montepio, na qualidade de emitente do documento, nem nenhuma entidade sua dominante ou dominada ou qualquer outra integrante do Grupo Montepio em que se insere, pode, consequentemente, ser responsabilizada por eventuais perdas ou prejuízos decorrentes de decisões de investimento que, quem quer que seja, tenha tomado, mesmo que por levar em conta elementos constantes deste documento.

Por outro lado, uma vez que este documento não contempla qualquer tipo de informação privilegiada ou reservada, nem constitui nenhum conselho ou convite ao investimento, as empresas do Grupo Montepio mantêm o direito de, nos limites da lei, transacionar ou não, ocasional ou regularmente, qualquer ativo direta ou indiretamente relacionado com o âmbito deste relatório.

O relatório pode ser reproduzido, desde que seja citada a fonte.